

Comissão rejeita definição já do ^{ANC} tempo de mandato

23/04/87

JER

ANC

A Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo aprovou ontem pela manhã parecer do relator, deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), rejeitando as propostas que exigiam uma definição imediata do sistema de governo e do mandato presidencial. Entretanto, as subcomissões do Poder Legislativo e do Poder Executivo reúnem-se hoje, conjuntamente, para recomençar o debate sobre o assunto.

A votação do parecer, ontem pela manhã, foi realizada depois de várias discussões entre os 63 membros da Comissão. Entretanto, apenas os autores das duas propostas e alguns poucos parlamentares ficaram contra o parecer. As propostas foram apresentadas pelo deputado César Cals Neto (PDS-CE) e pelo senador Afonso Camargo (PMDB-PR) e a outra pelo líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP). A de Cals Neto e Afonso Camargo defendia a imediata deliberação em plenário do sistema de governo a ser instituído no Brasil e o mandato do atual presidente, alegando que sem isso os trabalhos da Constituinte seriam prejudicados. Gastone pretendia que a Comissão optasse pelo sistema parlamentar misto e definisse o mandato presidencial, enviando sua deliberação imediatamente

para o plenário da Assembleia. A votação do parecer foi simbólica e apenas seis parlamentares votaram contra a rejeição das propostas: César Cals Neto, Jorge Hage (PMDB-BA), Manoel Ribeiro (PMDB-BA), Agassiz Almeida (PMDB-PB), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e Sílvio Abreu (PMDB-MG).

O parecer do relator foi contrário às propostas pela sua «inoportunidade e inconveniência». Acentuou Egydio, ao longo do texto de dez páginas, que em vinte dias o trabalho da subcomissão do Poder Executivo estará concluído. «Cultivemos a paciência, própria dos que têm o dever e a responsabilidade de conceber obra sólida e duradoura. Não deixemos escapar a oportunidade. Ela poderá ser única» — argumentou. O relator defendeu que as duas questões sejam debatidas durante todo o curso do processo de elaboração da nova Carta Magna nos prazos estabelecidos pelo Regimento Interno. «Subverter a ordem das coisas é pôr em grave risco os trabalhos de elaboração da nova Carta» — sustentou Egydio. Segundo ele, a definição no momento do sistema de governo e do mandato presidencial traria uma séria inconveniência de ordem política. «Nada evitaria que o conjuntural terminasse por dominar os debates e se estabelecesse um sistema de governo de conveniência».